



CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA

ATA DE REUNIÃO

Ata da 4ª Plenária do XIX Plenário do Conselho Federal de Psicologia

Plenária Ordinária

06 de abril de 2023

1 Ao sexto dia do mês de abril de dois mil e vinte e três, às nove horas e dez minutos, iniciou-se a Quarta
2 Plenária Extraordinária do Décimo Nono Plenário do Conselho Federal de Psicologia, realizada de forma
3 híbrida. Participaram de forma presencial: Pedro Paulo Gastalho de Bicalho e Gabriel Henrique Pereira
4 de Figueiredo. Participaram de forma virtual: Alessandra Santos de Almeida, Carla Isadora Barbosa
5 Canto, Célia Mazza de Souza, Obadeyi Carolina Saraiva, Evandro Morais Peixoto, Fabiane Rodrigues
6 Fonseca, Izabel Augusta Hazin Pires, Jefferson de Souza Bernardes, Juliana de Barros Guimarães, Maria
7 Carolina Fonseca Barbosa Roseiro, Marina de Pol Poniwas, Neuza Maria de Fátima Guareschi, Rodrigo
8 Acioli Moura e Rosana Mendes Éleres de Figueiredo. Pedro Paulo Gastalho de Bicalho iniciou a reunião
9 saudando as presentes ¹ e informou sobre sua participação, juntamente com Gabriel Henrique Pereira
10 de Figueiredo, em reunião com o Departamento de Saúde Mental, Álcool e Outras Drogas do Ministério
11 da Saúde. Apresentou a estrutura e o funcionamento da Assembleia das Políticas da Administração e das
12 Finanças - APAF aos conselheiros que estão pela primeira vez no plenário e acrescentou que os objetivos
13 desta plenária extraordinária são: discutir os pontos da APAF que foram recebidos dos Conselhos
14 Regionais de Psicologia - CRPs, os elaborados pela equipe do Conselho Federal de Psicologia - CFP e os
15 Grupos de trabalhos (GTs) da APAF; e organizar a primeira remessa de materiais da APAF. Registrou que
16 no dia anterior à APAF são realizadas reuniões de Presidentes e Tesoureiros, e que a ordem dos pontos é
17 definida na reunião de Presidentes. Informou sobre a formação e acompanhamento de GTs nas APAFs.
18 Informou ainda que os Gts com resoluções são as prioridades, seguidos pelos Gts com
19 encaminhamentos concretos, e que ficam para o final os Gts que irão relatar somente informações
20 acerca do seu andamento, esses muitas vezes não são discutidos, porém precisam constar na pauta. Ao
21 questionar sobre possíveis dúvidas, os Conselheiros Evandro Morais Peixoto e Fabiane Rodrigues
22 Fonseca responderam que são muitas informações, acreditam que serão sanadas durante o processo.
23 Passou à discussão dos pontos de pauta. **Ponto 1. APECIAÇÃO DAS ATAS DA APAF DE DEZEMBRO 2022**
24 **(Processo SEI nº 576600004.000327/2022-36)**, a Conselheira Izabel Augusta Hazin Pires sinaliza que está
25 finalizando a revisão das atas e encaminhará para o envio na primeira remessa da APAF.
26 **Encaminhamentos:** Seguir na primeira remessa da APAF. **Ponto 2. PRESTAÇÃO DE CONTAS CFP -**
27 **EXERCÍCIO 2022 (Processo SEI nº 576600021.000006/2023-12)**, Pedro Paulo Gastalho de Bicalho
28 informa que historicamente as APAF's discutem o ponto financeiro na manhã do primeiro dia da
29 assembléia, este é apresentado pela Conselheira Tesoureira. Célia Mazza de Souza apresenta o ponto
30 conforme será encaminhado na primeira remessa da APAF. O ponto versa sobre o Balanço Patrimonial
31 2022, Balanço Orçamentário 2022, Balanço Financeiro 2022, Demonstração das Variações Patrimoniais
32 2022, Demonstração dos Fluxos de Caixa 2022, Comparativo da Receita 2022, Comparativo da Despesa
33 2022, Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis 2022. Informa ainda que a gerência financeira irá
34 trazer os detalhes do ponto na plenária de Abril. José Eli De Vasconcelos Filho (Gerência Financeira -
35 GFIN), informa que os subsídios seguirão na segunda remessa, após apresentação e discussão em
36 plenária. **Encaminhamentos:** Ponto seguirá na primeira remessa da APAF, conforme apresentado.
37 Subsídios seguirão na segunda remessa. **Ponto 3. REFORMULAÇÃO ORÇAMENTÁRIA CFP (Processo SEI**
38 **nº 576600024.000002/2023-04)**. Pedro Paulo Gastalho de Bicalho justifica a necessidade de apresentar
39 a reformulação orçamentária, uma vez que o orçamento de 2023 foi planejado pela gestão anterior, sem
40 considerar o planejamento da gestão atual. Célia Mazza de Souza aponta que considerando o projeto
41 político da nova gestão, percebeu-se a necessidade realização de atividades não previstas, tais como o
42 Encontro de pessoas Trans e o Encontro de Presidentas, Tesoureiras e Secretarias, além do retorno das
43 reuniões presenciais, o que gerou alterações na previsão orçamentária. Registra ainda a reformulação de
44

45 equipe, com novas contratações, justificando uma despesa maior com o quadro de pessoal. José Eli de
46 Vasconcelos Filho (GFIN), informou que os subsídios seguirão na segunda remessa, após apresentação e
47 discussão em plenária. **Encaminhamentos:** Ponto seguirá na primeira remessa da APAF, conforme
48 apresentado. Subsídios na segunda remessa. **Ponto 4. TETO DAS ANUIDADES 2024 (Processo SEI nº**
49 **576600021.000007/2023-59)**, Célia Mazza de Souza apresenta o ponto e informa que a equipe técnica
50 do CFP está aguardando o fechamento do índice do INPC de abril, de forma a aplicá-lo no valor do teto
51 das anuidades para 2024. Pedro Paulo Gastalho de Bicalho solicita à equipe um levantamento sobre a
52 variação de teto entre os CRPs. José Eli de Vasconcelos Filho (GFIN) informa que organizará o estudo para
53 a próxima plenária, acredita que CRP 23, CRP 01 e CRP 17 são os que praticam o teto. Responde ao
54 questionamento sobre aplicação do valor mínimo e do teto, entendendo que este foi instituído a partir
55 da orientação da Lei 12.514 de 2011 que versa sobre teto. Informa que a prática de valor mínimo precisa
56 de estudos. Célia Mazza de Souza registra as diferenças de porte para manutenção do CRP. Rodrigo Acioli
57 Moura sugere pensar no piso de anuidade para não colocar em risco a manutenção do CRP, uma vez que
58 são as assembleias públicas dos Regionais que definem as anuidades. Célia Mazza de Souza considera
59 que, o mais prudente para o CFP, seria apresentar o teto, considerando que este está previsto
60 legalmente, e deixar que o Regional defina a sua anuidade. José Eli de Vasconcelos Filho (GFIN) acredita
61 que um relatório adequadamente embasado, sobre a manutenção e despesas básicas do Conselho, seja
62 o melhor argumento em relação à solicitação de piso. Célia Mazza de Souza registra ainda que os
63 Conselhos, em suas assembleias, devem apresentar o planejamento de ações que embasam a
64 construção do orçamento. Wladimir Rogério dos Reis (GFIN) informa que o CFP está respaldado por Lei
65 para interferir na decisão da anuidade, caso seja identificado o risco para o funcionamento do conselho,
66 e afirma que historicamente o CFP somente ratifica a decisão democrática da Assembleias dos CRPs.
67 **Encaminhamentos:** Ponto seguirá na primeira remessa da APAF, conforme apresentado. Subsídios na
68 segunda remessa. Incluir na apresentação do subsídio, para o plenário, o levantamento sobre a variação
69 de teto entre os CRPs. **Ponto 5. ELABORAÇÃO DE UM PROGRAMA DE AÇÕES AFIRMATIVAS E**
70 **REPARATÓRIAS PARA O SISTEMA CONSELHOS DE PSICOLOGIA (Processo SEI nº**
71 **576600004.000092/2023-63)** Pedro Paulo Gastalho de Bicalho informa que este ponto é resultado de
72 discussão feita pelo Plenário do CFP e concretizado em forma de ponto da APAF através da colaboração
73 da Conselheira Ivani Francisco de Oliveira, Emanuelle Santos Silva (CGEST) e Ednilson Couto de Jesus
74 Junior (SE). Emanuelle Santos Silva (Coordenação Geral Estratégica - CGEST) apresenta o ponto que versa
75 sobre o programa de ações afirmativas e reparatórias para o Sistema Conselhos de Psicologia, com a
76 finalidade de enfrentamento às práticas de racismo estrutural, sexismo, capacitismo e LGBTQIfobia na
77 vida prática e do fazer do Sistema Conselhos que está em consonância com a proposta do CNP. Informa
78 que houve avanço com a implementação de reserva de vagas no processo eleitoral, mas este fomentou a
79 necessidade de algo mais estruturante para o Sistema. Informa que o CFP tem pensado nessas questões
80 para os concursos, licitações e PQV. Pedro Paulo Gastalho de Bicalho aponta a necessidade de elaborar o
81 projeto do programa para ser apresentado na APAF. Emanuelle Santos Silva (CGEST) informa que o grupo
82 sugere a contratação de uma empresa que irá estruturar um projeto de qualificação desses processos no
83 âmbito do Sistema Conselhos. Pedro Paulo Gastalho de Bicalho registra que o assunto exige urgência,
84 uma vez que os CRPs estão encontrando dificuldades nas questões de acolhimentos das diferenças que o
85 processo eleitoral permitiu. Ednilson Couto de Jesus Junior (Secretaria Executiva - SE) registra que um
86 projeto denso como este, necessita de tempo para a sua construção, de modo a não correr risco de
87 excluir algumas temáticas essenciais. Emanuelle Santos Silva (CGEST) informa que no projeto proposto
88 deverá constar o objetivo e a construção de argumentos e entende que o projeto final deverá ser feito
89 por uma empresa contratada. Pedro Paulo Gastalho de Bicalho sugere que o ponto siga na primeira
90 remessa e o subsídio siga na segunda remessa. Marina de Pol Poniwas informa que o CRP 07 criou GT
91 interno sobre a Permanência e pertencimento e acredita existir expectativas sobre este assunto nos
92 CRPs, sugere o envio do ponto na primeira remessa em resposta ao CRP. Izabel Augusta Hazin Pires
93 acredita na importância do ponto seguir na primeira remessa para que o CFP assumo o protagonismo
94 dessa discussão, porém entende que isto dispara a discussão nos plenários e que estes podem chegar
95 com apontamentos na APAF, portanto acredita ser importante ser acompanhado do projeto. Alessandra
96 Santos de Almeida argumenta que existem subsídios com a política de cotas e de permanência em
97 diversas instituições, estes contribuem para a construção de projeto de uma política de permanência
98 que seja sólida e transversal. Sugere a criação de comitês nos CRPs. Pedro Paulo Gastalho de Bicalho
99 entende que o encaminhamento é a construção de subsídio para o ponto seguir na primeira remessa e
100 questiona a possibilidade de adesão ao grupo inicial para construção deste subsídio para envio na
101 primeira remessa. **Encaminhamento:** As conselheiras Obadeyi Carolina Saraiva, Alessandra Santos de

102 Almeida e Marina de Pol Poniwas, se juntarão ao grupo para elaborar o material de subsídio. A primeira
103 reunião foi agendada para o dia 10/04/2023, às 09h30. O ponto com subsídio deverá seguir na primeira
104 remessa da APAF. **Ponto 6. ELEIÇÕES 2025 - FORMAÇÃO DE GT (Processo SEI nº**
105 **576600004.000086/2023-14)** Fernanda de Araújo Mendes (SE) apresenta o ponto e informa que as
106 comissões Regular, Especial e Regional, além da equipe técnica, sugere a formação do GT antecipada,
107 assim poderão dar início aos trabalhos de revisão do regimento Eleitoral e dos prazos que exigem
108 algumas contratações. Pedro Paulo Gastalho de Bicalho sugere que os pontos devem ser apresentados
109 pelos conselheiros responsáveis que deverão estar presentes durante a APAF. Izabel Augusta Hazin Pires
110 sugere a criação de Layout para as apresentações do Gts. **Encaminhamento:** Ponto seguirá na primeira
111 remessa, conforme apresentado. Organizar um layout padrão para todos os GTS. **Ponto 7. GT DA APAF -**
112 **REVISÃO DA POLÍTICA DE ORIENTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO (GT de POF) (Processo SEI nº**
113 **576600028.000059/2022-84)** Fabíola Borges Corrêa (Secretaria de Orientação e Ética - SOE) apresenta o
114 ponto e registra que, inicialmente, o Conselheiro Gabriel Henrique Pereira de Figueiredo, foi indicado
115 para coordenar o GT, porém, os três conselheiros responsáveis pela SOE têm participado das reuniões e
116 esta composição vem funcionando a contento. Informa que o GT foi criado na Apaf em dezembro de
117 2011 e está trabalhando com as seguintes tarefas: rever a resolução sobre PJ; rever alguns prazos do
118 novo CPD; rever a resolução sobre atendimento online; construir políticas de enfrentamento à lógica
119 judicializante em fase pré-processual no Código de Processamento Disciplinar - CPD; elaborar nota
120 técnica sobre atendimento domiciliar; produzir o CPD comentado. Informou que algumas tarefas
121 destinadas ao GT não ficaram bem delimitadas em termos de prazo de conclusão das mesmas, e que
122 estas vêm sendo conduzidas pelo CFP, como por exemplo o CPD comentado. Considera, que na APAF seja
123 oportuno rever as tarefas do GT, ressaltando aquelas que são de competência exclusiva do CFP. Informa
124 que as tarefas estão em andamento com consultas aos CRPs, faltando apenas iniciar a elaboração da
125 nota técnica sobre atendimento domiciliar. Maria Carolina Fonseca Barbosa Roseiro, informa que o GT
126 está fazendo encaminhamento no sentido de responsabilização dos CRPs no cumprimento das tarefas.
127 Gabriel Henrique Pereira de Figueiredo acredita que o GT deverá continuar com as tarefas demandadas
128 pela APAF e fazer prestação de contas de todas as demandas como resposta sobre o andamento do GT.
129 Pedro Paulo Gastalho de Bicalho faz considerações acreditando ser importante dar o informe sobre o
130 andamento do GT na APAF, mesmo tendo o CFP assumido o protagonismo das demandas, acredita ser
131 importante informar sobre o andamento e o processo do GT para além do resultado final. Acredita ainda
132 ser importante qualificar a presença dos delegados na APAF e sugere incluir na pauta com os presidentes
133 a necessidade de plenária do CRP para a discussão dos pontos que serão discutidos na APAF. Por fim
134 sugere ao GT a realização de um seminário nacional para levantar e compreender como os processos de
135 mediação estão acontecendo no âmbito do Sistema Conselhos. Marina de Pol Poniwas aponta a
136 dificuldade na definição da delegação do Paraná para a APAF, pois a mesma ocorre antes da definição de
137 pontos, dificultando o critério para escolha do Conselheiro. Acredita ser necessária a reversão do tempo
138 entre a pauta e a formação de delegação. Obadeyi Carolina Saraiva informa que, nas consultas feitas aos
139 regionais, a questão da mediação esteve presente como estratégia para o alcance de respostas.
140 Concorde com a construção do seminário e informa que tem previsão no orçamento da SOE. Registra
141 que Mediação e Práticas não judicializantes são assuntos muito deliberados pelos CRs. Gabriel Henrique
142 Pereira de Figueiredo defende que os produtos do GT sejam realmente tarefas de GTs. Receia que o GT
143 assuma demandas da Orientação e fiscalização dos CRs que são, regimentalmente, demandas do
144 Sistema. Célia Mazza de Souza acredita na necessidade de elucidar sobre o funcionamento dos GTs
145 durante a APAF e registrar a necessidade dos diálogos entre os regionais da região para o repasse das
146 informações aos demais CRs. Fabíola Borges Corrêa (SOE) informa sobre a elaboração de formulário
147 sobre mediação para ser encaminhado para os CRPs, entendendo que os Regionais que estão adiantados
148 nesta demanda possam compartilhar com os demais regionais. Pedro Paulo Gastalho de Bicalho sugere a
149 criação de política de comunicação das ações dos GTs, considerando o êxito da forma da apresentação
150 durante o Encontro de Presidentas, Tesoureiras e Secretárias. **Encaminhamentos:** Ponto seguirá na
151 primeira remessa, conforme apresentado. No ato de discussão do ponto, o CFP deverá ponderar e
152 analisar as tarefas propostas pela APAF, de modo a não incluir tarefas que fogem aos objetivos do GT.
153 Propor ao GT a realização de seminário nacional para levantar e compreender como os processos de
154 mediação estão acontecendo no âmbito dos Conselhos Regionais. **Ponto 8. GT APAF - REVISÃO DA**
155 **RESOLUÇÃO Nº 18/2002 (Processo SEI nº 576600003.000342/2022-94)** Fabiane Rodrigues Fonseca
156 apresenta o ponto e destaca as dificuldades que tem encontrado na coordenação do GT, uma vez que os
157 representantes dos CRS demonstram pouca disponibilidade de horário para se reunir, conforme enquête
158 encaminhada para o agendamento. Carolina Saraiva se coloca à disposição para pensar estratégias de

160 mobilização do GT. Neuza Maria de Fátima Guareschi sugere a convocação por escrito das reuniões, bem
161 como o registro das faltas em forma de ofício ao CRP, possibilitando a substituição de membros. Maria
162 Carolina Fonseca Barbosa Roseiro ressalta a importância de informar nas APAFs a frequência das
163 representações no GT. Registrar o compromisso dos CRPs nos GTs e a importância da mobilização da
164 Região. Pedro Paulo Gastalho de Bicalho reforça a importância da padronização na apresentação do GT,
165 incluindo a frequência de participação de cada representante, justamente para que o CRP tome
166 conhecimento e acompanhe a participação de seu representante. Gabriel Henrique Pereira de
167 Figueiredo mostra preocupação da discussão sobre o funcionamento do GT na APAF, acredita que
168 fragiliza o sistema, uma vez que é transmitida ao vivo. Sugere a discussão na reunião de presidentes,
169 para que os Regionais relatem como acompanham e monitoram os Gts que fazem parte. Alessandra
170 Santos de Almeida acredita que o funcionamento do GT é questão de APAF, que pode ser discutida
171 durante a assembleia, para que coletivamente os Regionais se comprometam. Jefferson de Souza
172 Bernardes acredita que o funcionamento dos GTs da APAF pode ser pautado na assembleia, pois é
173 importante ser ressaltado o compromisso dos CRPs, mas argumenta que tal iniciativa não impede que
174 este ponto também seja pautado na reunião de presidentes, destacando que se trata de dois
175 movimentos importantes. **Encaminhamentos:** Pautar para a reunião de presidentes: Funcionamento dos
176 GTs com o objetivo de discutir o acompanhamento e participação dos representantes dos CRs nas ações
177 do GT. Discutir a importância da preparação dos CRs para a APAF. **Ponto 11. GT DA APAF - TECNOLOGIA
178 DA INFORMAÇÃO (Processo SEI nº 576600003.000454/2018-69)** Célia Mazza de Souza apresenta o
179 ponto e informa sobre reunião realizada com o GT que resgatou o histórico de seu funcionamento.
180 Registra que o GT trabalha com Sistema Eletrônico de Informação - SEI, Sistema BRC e Carteira de
181 Identificação Profissional do Psicólogo - CIP e ressaltou que é formado por técnicos de Conselhos que já
182 têm expertise na implantação dessas ferramentas. **Encaminhamentos:** Inserir na pauta da APAF
183 conforme apresentado. **Ponto 12. GT DA APAF - ESTÁGIO (Processo SEI nº 576600001.000146/2022-30)**
184 Neuza Maria de Fátima Guareschi apresenta o GT e informa que no último encontro deliberou-se pela
185 realização de levantamento junto à algumas instituições de ensino, buscando subsídios sobre a execução
186 dos estágios que podem ser incorporados na Minuta de Resolução. Não irá pautar a minuta para a APAF.
187 Pedro Paulo Gastalho de Bicalho sugere que o GT apresente o andamento das ações na APAF.
188 **Encaminhamentos:** Inserir na pauta da APAF conforme apresentado. Fazer apresentação apontando o
189 andamento das ações. **Ponto 13. GT DA APAF - NORMAS E REGRAS DA AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA PARA
190 A CONCESSÃO DE REGISTROS OU PORTE DE ARMAS DE FOGO (Processo SEI nº
191 576600004.000182/2019-78).** Evandro Morais Peixoto informa que o GT teve muitas de suas atividades
192 já concluídas, destaca que, na APAF de novembro de 2021, deliberou-se pela continuidade do GT para
193 que este abarcasse novas atribuições: Propor normativo que contemple as especificidades dos povos
194 originários; e estudar a possibilidade de criação de título de especialista para realização de avaliação de
195 concessão de registro e porte de arma de fogo. O GT encontra-se em fase de agendamento de reunião
196 para a retomada das discussões e que tem enfrentado dificuldades para conseguir o especialista ad hoc,
197 sugere que Nita Tuxá acompanhe esta discussão. Camila Dias De Lima Alves (Gerência Técnica - GTEC)
198 registra que foi criado um GT interno com Nita Tuxá, cujo objetivo é fornecer suporte a esta discussão,
199 informa que o GT deverá pautar novamente para a APAF decidir sobre a indicação de um outro ad hoc.
200 Rodrigo Acioli Moura sugere a contribuição ad hoc de um representante da ABIPSI - Associação Brasileira
201 de Indígenas Psicólogas de modo a evitar questionamentos sobre duas conselheiras do CFP no GT.
202 Camila Dias De Lima Alves (GTEC) registra que o GT poderá apresentar as ações e solicitar continuidade e
203 informou que este GT não tem previsão de ad hoc. **Encaminhamentos:** Inserir na pauta da APAF
204 conforme apresentado. Subsídio seguirá na segunda remessa. **Ponto 14. GT DA APAF - REVISÃO DA
205 RESOLUÇÃO CFP N 02/2016 QUE REGULAMENTA A AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA EM CONCURSO PÚBLICO
206 E PROCESSOS SELETIVOS DE NATUREZA PÚBLICA E PRIVADA (Processo SEI nº 576600003.000414/2019-
207 06)** Evandro Morais Peixoto informa que este GT está finalizando a resolução, porém acredita que não
208 será possível aprovar na APAF de maio de 2023 porque ainda precisa passar pela avaliação jurídica e do
209 plenário. **Encaminhamentos:** Inserir na pauta da APAF conforme apresentado. **Ponto 15. GT DA APAF -
210 ANUIDADES - ISENÇÕES EM CASOS DE EMERGÊNCIAS E DESASTRES (Processo SEI nº
211 576600002.000006/2023-32)** Célia Mazza de Souza informa que o GT se reuniu e estão em discussão
212 sobre os limites legais para isenções em casos de emergências e desastres. Informa sobre a necessidade
213 de avançar no estudo sobre os aspectos legais e de acolhimento. Irão solicitar a continuidade.
214 **Encaminhamentos:** Inserir na pauta da APAF conforme apresentado. **Ponto 16. GT DA APAF -
215 ORIENTAÇÃO: ATUAÇÃO PESSOAS COM DEFICIÊNCIA (Processo SEI nº 576600004.000161/2019-52)**
216 Rosana Mendes Éleres de Figueiredo informa que o grupo não se reuniu até o momento. Nesta APAF

217 será solicitada a recomposição do grupo e a continuidade dos trabalhos para atender às demandas.

218 **Encaminhamentos:** Inserir na pauta da APAF conforme apresentado. **Ponto 17.GT DA APAF -**

219 **REFERÊNCIAS TÉCNICAS E ÉTICAS: ATENDIMENTO À PESSOA SURDA NO ÂMBITO DA SAÚDE (Processo**

220 **SEI nº 576600004.000506/2018-97)** Izabel Augusta Hazin Pires complementa as informações de Rosana

221 Mendes Éleres de Figueiredo, informando que os dois Gts estão trabalhando de forma conjunta. Registra

222 que o CREPOP - Centro de Referências Técnicas em Psicologia e Políticas Públicas - conduziu pesquisa

223 nesta temática para construção da Referência Técnica, concluída em novembro de 2022, e o GT ficou

224 aguardando as respostas para dar continuidade aos trabalhos. Informa que o GT está também

225 aguardando a recomposição para, a partir dos resultados da pesquisa, encaminhar a construção da

226 resolução. Para a APAF irão solicitar a continuidade do GT. **Encaminhamentos:** Inserir na pauta da APAF

227 conforme apresentado. **Ponto 18. GT DA APAF - READEQUAÇÃO DOS PORTES DOS CONSELHOS**

228 **REGIONAIS (Processo SEI nº 576600002.000005/2023-98)** Célia Mazza de Souza informa que foi

229 encaminhado questionamento aos CRPs. Os CRPs da Região do Sul não responderam por decisão

230 conjunta. Registra que as respostas acalmaram alguns CRPs que questionam o CNP e APAF em relação à

231 composição da delegação, definida pelo porte do CRP. Aponta que a tendência do GT é que a APAF tenha

232 configuração de Senado e o CNP com delegação conforme participação em eventos preparatórios. A

233 discussão atual está levando em consideração as características da população, relevo e bases dos

234 regionais para a definição de Porte. Os estudos estão considerando a função precípua do Conselho de

235 orientação e fiscalização e disciplina da categoria, e como executar considerando a população, relevo e

236 custos para as atividades do Conselho. O GT irá apresentar as ações e pedir continuidade para

237 desenvolver as demandas. Obadeyi Carolina Saraiva sugere parcerias locais, conforme as defensorias

238 públicas já fazem. Pedro Paulo Gastalho de Bicalho informou sobre a visita ao CRP 20 e relatou que uma

239 das deliberações foi pensar o Sistema Conselhos como 27 CRPs, considerando as seções como

240 participantes nas assembleias. Informou ainda que estão propondo junto ao Conselhão - Fórum dos

241 Conselhos Federais de Profissões Regulamentadas - e Conselhinho - Fórum dos Conselhos Federais da

242 Área da Saúde - ações conjuntas de fiscalização. Rodrigo Acioli Moura registra a existência de delegacias

243 de alguns conselhos de classe para as demandas locais. Sugere a criação de pontos focais em conjunto

244 dos Conselhos de classe. Fabiane Rodrigues Fonseca relata sobre a realidade da Região Norte e

245 compartilha que foi um momento histórico para a região receber a diretoria do CFP. Registra a

246 importância da troca feita. **Encaminhamentos:** Inserir na pauta da APAF conforme apresentado. **Ponto**

247 **20. GT DA APAF - COMORG (Processo SEI nº 576600001.000145/2022-95)** Rodrigo Acioli Moura

248 informou que o GT está formado, foi agendada reunião interna no dia 14/04 para alinhamento e

249 agendamento de reunião do GT. **Encaminhamentos:** Inserir na pauta da APAF conforme apresentado.

250 **Ponto 21. CRIAÇÃO DO GT PARA ELABORAÇÃO POLÍTICA DE COMUNICAÇÃO DO SISTEMA CONSELHOS**

251 **(Processo SEI nº 576600004.000385/2022-60)** Fernanda de Araujo Mendes (SE) apresenta o ponto

252 recebido do CRP 02 com o objetivo de deliberar sobre a criação do GT da Política de Comunicação do

253 Sistema Conselhos. Marília Mundim Da Costa (Gerência da Comunicação - GCOM) registra que se trata

254 de ponto sensível e recorrente. Informou que a Comunicação do CFP ainda está redesenhando sua

255 atuação de forma mais estratégica, fortalecendo os processos e fluxos do CFP, e receia assumir mais

256 demandas neste momento. Identifica que o ponto encaminhado pelo CRP misturou assessoria de

257 comunicação com demandas de outra esfera do Sistema Conselhos. Pedro Paulo Gastalho de Bicalho

258 acredita que mais pontos sobre este assunto serão encaminhados pelos CRPs, portanto, sugere que o

259 CFP tenha uma estratégia. Entende que o objetivo do ponto é a criação do GT para que construa uma

260 política de comunicação. Propõe ao CFP construir um ponto de pauta para APAF considerando as ações

261 que foram apresentadas na reunião de presidentes. Célia Mazza de Souza questiona se a proposta

262 pretende resgatar a discussão da democratização da comunicação, que em 2010 esteve aquecida pelos

263 CRPs e CFP. Entende que a proposta do CRP é um desejo de integrar as comunicações. Rodrigo Acioli

264 Moura questiona sobre qual o objetivo do GT. Izabel Augusta Hazin Pires entende que se trata de ponto

265 amplo, atravessado por muitas demandas. Compartilha a discussão, feita durante o encontro das

266 secretárias, acerca da carência dos regionais em termos de acesso a uma série de informações do

267 Sistema. Entende a demanda da GCOM com a comunicação externa do CFP, mas pondera sobre a

268 comunicação interna do Sistema. Registra que tem funcionado a contento a troca de boas práticas feita

269 pelo whatsapp. Concorda com Paulo Gastalho de Bicalho e considera que a formação do GT gera tempo

270 para discussão. Emanuelle Santos Silva (CGEST) registra que a demanda apresenta diversos aspectos de

271 comunicação: o aspecto da comunicação das pautas do CFP, o aspecto de uma política de comunicação

272 do Sistema Conselhos, aspecto de alinhamento das ações que tem desdobramentos nos regionais e o

273 aspecto da comunicação estratégica, que é a proposta do GCOM para esta gestão, como por exemplo, o

274 curso com os setores de comunicação de todos os CRPs. Entende que o CFP poderá trazer um ponto
275 sobre comunicação apontando o que já foi encaminhado sobre este assunto. Gabriel Henrique Pereira
276 de Figueiredo acredita que a demanda proposta pelo ponto não está no âmbito das competências da
277 GCOM, pois é uma demanda de comunicação do CFP com Regionais. Marília Mundim Da Costa (GCOM)
278 concorda com a formação do GT para amadurecer as discussões, porém registra que há pressão das
279 Comunicações do CRPs para que o CFP compartilhe decisões. Receia que o GT determine as ações do
280 CFP. Pedro Paulo Gastalho de Bicalho propõe que o CFP elabore um ponto de pauta que verse sobre a
281 democratização da comunicação, a política de comunicação para o sistema, a proposição de encontro de
282 boas práticas para os regionais e assessorias de comunicação. Célia Mazza de Souza resgata as perdas no
283 setor da comunicação no governo anterior, entende que não é uma demanda de GCOM e sim de
284 plenários e registra sobre o cuidado do coordenador do GT para que não demande tarefas para a GCOM.
285 Pedro Paulo Gastalho de Bicalho sugere o envio do ponto na primeira remessa e subsídios na próxima.
286 Fabíola Borges Correa (SOE) registra que, na escuta dos regionais, a principal queixa é a ausência de
287 padronização e institucionalização da informação para o Sistema Conselhos. Sugere que o CFP pense um
288 projeto que inclua o fluxo de publicações, para que o sistema se organize sobre os temas,
289 desenvolvimento de site para dentro do sistema, uma intranet que permita a realização de fóruns e
290 discussões com posicionamentos que se mantém registrados e o planejamento prévio de comunicação,
291 para a divulgação das ações do Sistema Conselhos. Izabel Augusta Hazin Pires pensa que o ponto não
292 deveria ser pautado pela GCOM, mas pelo CFP para que este apresente as diretrizes. Pedro Paulo
293 Gastalho de Bicalho propõe reunião dos gestores do CFP para a construção do ponto de maneira
294 transversal. Andre Luis Soares e Silva Pereira ressalta que a Resolução da Ouvidoria prevê criação do
295 GPAT, e que dentre as ações previstas para o grupo está a realização de reuniões anuais sobre a
296 padronização do sistema. Emanuelle Santos Silva (CGEST) ressalta o envio do ponto nesta remessa e o
297 agendamento da reunião entre os gestores para trabalharem no subsídio. Camila Dias de Lima Alves
298 (GTEC) registra a importância da formação para os fiscais com discussões de documentos do sistema.
299 **Encaminhamento:** Ponto permanece na pauta conforme enviado pelo regional. Construir um ponto do
300 CFP sobre comunicação para envio na primeira remessa e agendar reunião com os gestores para
301 produção do subsídio. **Ponto 22. PROPOSTA DE CRIAÇÃO DE UM GT NACIONAL DE PSICOLOGIA E**
302 **MIGRAÇÕES (Processo SEI nº 576600004.000385/2022-60)** Fernanda de Araujo Mendes (SE) apresenta
303 o ponto recebido do CRP 04, cujo objetivo é a formação de GT sobre as migrações. Neuza Maria de
304 Fátima Guareschi informa que, dentro das propostas de atividades do CREPOP, está previsto o Seminário
305 Nacional sobre Migrações como demanda do CNP, porém o entendimento do CREPOP foi de fazer
306 encaminhamento aos regionais para que estes promovam encontros regionais com o intuito de fomentar
307 a discussão sobre migração, bem como e mapear as condições de vida dos migrantes, para que, no
308 Seminário Nacional, previsto para novembro, os dados coletados regionalmente sejam debatidos, e os
309 encaminhamentos sejam estruturados coletivamente. Rodrigo Acioli Moura questiona se é necessário
310 este ponto e sugere responder ao CRP informando os encaminhamentos do CREPOP sobre o assunto.
311 Izabel Augusta Hazin Pires ressalta a importância do ponto para a Região Norte que tem esta demanda
312 muito presente. Evandro faz concordância com a proposta de manter o ponto apresentado por Izabel
313 Augusta Hazin Pires e registra que a questão da migração é muito importante para muitos regionais,
314 além da região norte. Célia Mazza de Souza registra que o Brasil é um dos poucos países que acolhe
315 todos os imigrantes, porém sem política de acolhimento. Reforça a necessidade de ser debatido este
316 tema. Gabriel Henrique Pereira de Figueiredo aponta que a forma como o CRP traz a pauta torna o GT
317 permanente no sistema, sugere que seja revisto o objetivo do GT e a tarefa de criação da Nota Técnica.
318 **Encaminhamentos:** Ponto permanece na pauta conforme enviado pelo regional, sugere-se que o CFP
319 apresente revisão dos objetivos para o GT. **Ponto 23. GRUPO DE TRABALHO DOCÊNCIA EM PSICOLOGIA**
320 **(Processo SEI nº 576600004.000094/2023-52).** Fernanda De Araujo Mendes (SE) apresenta o ponto
321 recebido do CRP 07 com o objetivo de constituir um GT, no âmbito do Sistema Conselhos, para formular
322 documentos orientativos acerca da docência em Psicologia exercida por pessoas psicólogas, assim como
323 outros objetivos a serem trabalhados pelo grupo. Pedro Paulo Gastalho de Bicalho aponta que o GT teria
324 uma tarefa inacabável e em substituição às demandas da ABEP. Neuza Maria de Fátima Guareschi
325 registra que o CRP tem recebido processos de pessoas recém formadas e estão avaliando que estes
326 estão associados à baixa qualidade da formação, notadamente em termos da ausência de conteúdos
327 éticos, assim como da presença de conteúdos que contribuem para uma formação, avaliada pelo
328 Regional, como inadequada. Nesse sentido, sugerem a formação de um GT com coordenadores de curso,
329 de modo a fazer incidência em termos das temáticas abordadas nas universidades. Izabel Augusta Hazin
330 Pires amplia a discussão informando que o CFP não tem gerenciamento sobre a formação, e que a

331 universidade é um território caracterizado pela livre circulação de ideias, não cabendo ao Sistema
332 Conselhos pautar ou cercear nenhuma temática. Destaca que não concorda com um sistema
333 “policialesco”, inerente à proposta apresentada. Gabriel Henrique Pereira de Figueiredo registra que tem
334 questões a discutir sobre a formação, porém não nesta direção proposta. Acredita que na APAF o CFP
335 deverá dizer as iniciativas tomadas sobre a formação, bem como informar o que se tem trabalhado junto
336 à ABEP. Pedro Paulo Gastalho de Bicalho entende que o CFP não apoiará a formação do GT, porém
337 questiona sobre como negar sem desqualificar a discussão sobre a formação. Izabel Augusta Hazin Pires
338 sugere a construção de fóruns, em parceria com a ABEP, criando discussões e não a ingerência dentro
339 das universidades. Entende o mérito da questão, porém, a perspectiva de incidência do CFP nas
340 universidades fere pilares da democracia. Maria Carolina Fonseca Barbosa Roseiro informa que neste
341 ano o Código de Ética completa 18 anos. Pensa que a SOE poderia fazer alguma atividade de
342 comemoração voltada para a formação. SOE não formulou a proposta ainda. **Encaminhamentos:** Ponto
343 permanece na pauta conforme enviado pelo regional. Construir argumentação do CFP em termos de
344 posição contrária à formação do GT. **Ponto 24. INSCRIÇÃO DE PSICÓLOGA(O) RESIDENTE NO EXTERIOR**
345 **(Processo SEI nº 576600004.000098/2022-50)** Fernanda de Araujo Mendes (SE) apresenta o ponto
346 recebido do CRP 08 cujo objetivo é a criação de GT para revisão do art. 16 da Resolução 003/2007 e
347 elaboração de normativas para o registro, fiscalização e atuação de profissionais residentes no exterior
348 que prestam serviços à população brasileira. Rodrigo Acioli Moura registra que a internacionalização de
349 atendimentos é assunto recorrente nas discussões do GT de Psicoterapia e do E-psi. Informa que iniciou
350 discussão sobre este assunto no FCFAS/Conselhinho - Fórum dos Conselhos Federais da Área da Saúde -
351 considerando ser assunto comum a todos os conselhos de classe da área da saúde. Acredita que é hora
352 de fazer discussão e iniciar uma orientação. Pedro Paulo Gastalho de Bicalho acredita que trata-se de
353 discussão necessária após o período pandêmico, considerando-se tudo que foi vivenciado de forma
354 remota. Camila Dias de Lima Alves (GTEC) destaca que é um ponto remanescente. Registra a barreira da
355 questão legal, na qual os Conselhos não têm competência para atuar junto à fiscalização do profissional
356 que está em outro país. Informou que a Resolução comentada 11/2018, que regulamenta a prestação de
357 serviços psicológicos realizados por meios de tecnologias da informação já aponta algumas regras.
358 Acredita que cabe revisão da mesma, uma vez que se identificam mudanças no período pós pandêmico.
359 Destacou que o GT da POF já está revisando a resolução de atendimento online, e que o pedido do CRP
360 ocasionaria dois GTs tratando da mesma questão, correndo o risco de posicionamento contrários.
361 Rodrigo Acioli Moura registra que a demanda decorre de profissionais que solicitaram isenção de
362 anuidades por estar residindo fora do Brasil, porém continuam atendendo de forma remota. Afirma ser
363 uma questão para os Conselhos Regionais. Izabel Augusta Hazin Pires relata sobre questões diplomáticas
364 e citou como exemplo a demanda que tem sido tratada com a Ordem de Psicólogos de Portugal. Afirma
365 que a grande questão é estabelecer quem fiscaliza o exercício profissional de um profissional que está
366 atendendo pessoas do Brasil e/ou de fora do Brasil. Pedro Paulo Gastalho de Bicalho entende que o
367 ponto versa sobre a inscrição de psicólogos que pedem interrupções de anuidades temporárias mas
368 continuam atuando remotamente, e questiona se o que está sendo discutido em outro GT abrange este
369 assunto especificamente de secretaria. Camila Dias de Lima Alves (GTEC) alerta que os conselhos não
370 têm alcance sobre os psicólogos que estão no exterior e que estes devem procurar os órgãos
371 competentes do local de residência para continuar prestando atendimento em psicologia. Izabel Augusta
372 Hazin Pires informa que havia entendido que não havia legislação sobre este assunto e pediu orientação
373 do jurídico. Entende que o mundo remoto não obriga a pessoa a estar em lugar algum. Alessandra
374 Santos de Almeida solicita também uma orientação jurídica porque entende que os psicólogos que estão
375 no exterior estão fazendo psicologia online. Maria Carolina Fonseca Barbosa Roseiro registra que este
376 debate é recorrente em todas as conversas da SOE com os Regionais, considerando que o problema
377 envolve diretamente a fiscalização. Afirmou que existe legislação em relação ao uso das redes sociais,
378 que está sendo debatida em âmbito internacional, e que os Sistema precisa ter esta avaliação. Assunto já
379 encaminhado ao jurídico do CFP. Neuza Maria de Fátima Guareschi registra que foi feita ampla discussão
380 na gestão passada sobre este ponto, e que o CFP já havia se posicionado contrário à criação do GT. João
381 Diego Rocha Firmiano - GJUR, entende que o ponto se divide em duas questões, a primeira é sobre a
382 revisão do artigo 16 da resolução 03/2007 que trata da interrupção de pagamento de anuidade por
383 motivo de mudança de residência de país, e a segunda sobre psicoterapia. O plenário anterior,
384 entendendo que o CFP não teria jurisdição sobre este psicólogo que está atendendo em outro país,
385 decidiu que não faria a discussão pelo recorte da psicoterapia. Faz a leitura do Ofício encaminhado ao
386 CRP 05, que também trouxe este ponto para a APAF, respondendo que o assunto já foi encaminhado ao
387 GT de anuidade. Alessandra Santos de Almeida questiona sobre como os outros conselhos de classe

388 estão lidando com este assunto e sugere encaminhar esta discussão junto à eles. Rodrigo Acioli Moura
389 informa que a questão da internacionalização dos atendimentos foi pautada pelo CFP na reunião do
390 FCFAS/Conselhinho - Fórum dos Conselhos Federais da Área da Saúde e registra que o CFP é o único
391 conselho que tem uma resolução sobre atendimento à distância. Acredita que seria importante reativar
392 a discussão. Camila Dias de Lima Alves (GTEC) apresenta a Resolução comentada 11/2018 onde constam
393 5 orientações. GTEC se dispôs a pesquisar junto ao Ministério das Relações Exteriores se existe alguma
394 lei mais recente, mas até o momento são estas as diretrizes. Wladimir Rogerio dos Reis (GFIN) registra
395 que a revisão do art. 16 da Resolução 003/2007 foi uma tarefa trabalhada pelo GT de anuidades que já
396 finalizou esta revisão. Registra a importância da consulta. **Encaminhamentos:** Consultar se o CRP 08
397 deseja manter o ponto na pauta. Caso o ponto seja mantido, o CFP deverá informar quais providências já
398 foram tomadas: 1. Discussão já foi proposta à APAF e há posicionamento robusto sobre o tema. 2.
399 Informar que o art. 16 da resolução CFP 003/2007 já foi revisado pelo GT Anuidades, conforme
400 determinação da APAF. Levar a discussão para o FCFAS, de modo a entender como os demais conselhos
401 da área da saúde estão lidando com a questão dos profissionais que residem no exterior. **Ponto 25.**
402 **ORIENTAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO DO USO ASSISTIDO DE PSICODÉLICOS EM CONTEXTO**
403 **PSICOTERAPÊUTICO (Processo SEI nº 570800144.000017/2023-74).** Fernanda de Araujo Mendes (SE)
404 apresenta o ponto recebido do CRP 08 com o objetivo de propor e executar a criação do Grupo de
405 Trabalho sobre Uso Assistido de Psicodélicos em Psicoterapias e realizar evento nacional de natureza
406 científica e institucional sobre o tema. Maria Carolina Fonseca Barbosa Roseiro destaca que recebeu
407 demanda sobre regulamentação de psicodélicos e encaminhou para discussão no SAPP. Alessandra
408 Santos de Almeida levanta alguns questionamentos sobre qual o papel da psicologia nessa pauta.
409 Registra os atravessamentos do tema com a pauta social da descriminalização das drogas e também
410 sobre a medicalização da educação e da sociedade. Evandro Morais Peixoto e Célia Mazza de Souza
411 questionam sobre a fundamentação do ponto, registrando que faltam referências. Alessandra Santos de
412 Almeida não apoia a formação do GT e fica preocupada com a questão do Seminário, aponta a
413 necessidade de verificar a relevância e prioridade do GT. Camila Dias de Lima Alves (GTEC) registra que o
414 GT não é responsável pela organização de Seminários. Izabel Augusta Hazin Pires propõe a não criação
415 do GT e justifica que o sistema já possui o SAPP que foi criado com este objetivo. **Encaminhamentos:**
416 Ponto permanece na pauta conforme enviado pelo regional. O CFP deve construir subsídios na direção
417 de posicionamento contrário à criação deste GT. **Ponto 26. AVALIAÇÃO E DISCUSSÃO DO PROCESSO**
418 **ELEITORAL QUE INCLUI FORMATO, PRAZOS E PERÍODO DE VOTAÇÃO (Processo SEI nº**
419 **576600004.000384/2022-15).** Fernanda de Araujo Mendes (SE) apresenta o ponto recebido do CRP 09,
420 mantido na pauta a pedido do CRP, com o objetivo de apresentar pontos de revisão do processo
421 eleitoral. Pedro Paulo Gastalho de Bicalho registra que o assunto será tratado na criação do GT Eleições.
422 Propõe conversar com os CRPs sobre a importância de compor o GT. **Encaminhamentos:** Consultar se o
423 CRP 09 deseja manter o ponto na pauta, caso o CRP decida pela manutenção do ponto, o CFP defenderá
424 que as discussões aconteçam dentro do GT Eleições. **Ponto 27. CRIAÇÃO DE UM GT PARA MUDANÇAS**
425 **RELACIONADAS AOS COREPS E CNP (Processo SEI nº 576600004.000380/2022-37).** Fernanda de Araujo
426 Mendes (SE) apresenta o ponto recebido do CRP 09, mantido na pauta a pedido do CRP, com o objetivo
427 de criação de GT para revisar o regulamento, contemplando critérios para a realização do COREP e CNP.
428 Rodrigo Acioli Moura informa que o GT da COMORG foi constituído, inclusive o CRP 09 estará presente.
429 **Encaminhamentos:** Consultar se o CRP 09 deseja manter o ponto na pauta, caso o CRP decida pela
430 manutenção do ponto, o CFP defenderá que as discussões aconteçam dentro do GT da COMORG. **Ponto**
431 **28. PROPOSTA DE DISCUSSÃO SOBRE PSICOTERAPIA SER EXCLUSIVA PARA A PSICOLOGIA (Processo SEI**
432 **nº 576600004.000381/2022-81).** Fernanda de Araujo Mendes (SE) apresenta o ponto recebido do CRP
433 10, este tem como objetivo o estabelecimento de parceria com o CFM para a proposição de
434 regulamentação que circunscreva a psicoterapia como atividade privativa de psicólogas(os) e
435 médicos(as). Rodrigo Acioli Moura informa que existem deliberações do CNP referente a este assunto e
436 que o mesmo foi ressaltado na consulta pública. Informa que o CFP encaminhou ofício ao CFM e está
437 aguardando resposta, bem como a ASPAR agendou reunião com a equipe da Deputada Erika Kokay para
438 a construção de projeto relacionado à Psicoterapia. A discussão está encaminhada. Pedro Paulo Gastalho
439 de Bicalho registra que este plenário deverá enfrentar o tema e propõe uma plenária extraordinária com
440 ponto único com pessoas especialistas da área para a discussão do tema. Izabel Augusta Hazin Pires
441 concorda com a plenária extraordinária e registra que a assessoria da Deputada Erika Kokay, em conjunto
442 com a assessoria legislativa, desenvolveu documento com questões norteadoras, estas podem ser a base
443 para a discussão inicial. Sugere que a plenária ocorra antes da APAF para contribuir no alinhamento de
444 uma narrativa. Maria Carolina Fonseca Barbosa Roseiro acrescenta na proposta a sistematização das

445 informações das denúncias e fiscalização do Sistema Conselhos. Registra a importância de chegar na
446 APAF com um debate já iniciado. Rodrigo Acioli Moura informa que o GT de psicoterapias já fez consulta
447 aos CRPs sobre as dúvidas mais frequentes acerca da psicoterapia. **Encaminhamentos:** Convocar Plenária
448 extraordinária, com convidadas, antes da APAF, com pauta única, para discutir acerca do exercício da
449 psicoterapia ser privativo da psicologia. **Ponto 29. E-PSI PARA REFORMULAÇÃO E ANÁLISE DA**
450 **RESOLUÇÃO (Processo SEI nº 576600004.000378/2022-68).** Fernanda de Araujo Mendes (SE) apresenta
451 o ponto recebido do CRP 09 com o objetivo de apreciar a possibilidade de extinção da exigência do
452 cadastro para o atendimento online. Rodrigo Acioli Moura aponta a necessidade da revisão 11/2018.
453 Acredita na importância de manter o cadastro no e-psi, porém registra que cada Regional tem regras
454 diferentes sobre o cadastro no e-psi. Faz a proposta da criação de termo de compromisso, o que
455 considera que seria o suficiente. Está agendada reunião com a GTEC e o GT de POF para melhor
456 posicionamento sobre o assunto. **Encaminhamentos:** Consultar se o CRP 09 deseja manter o ponto na
457 pauta, considerando que os objetivos propostos pelo CRP fazem parte do escopo de ações do GT de POF.
458 Agendar reunião GTEC e GT de POF. **Ponto 30. REVISÃO DA RESOLUÇÃO CFP N. 003/2007 (Processo SEI**
459 **nº 571400106.000027/2023-13).** Fernanda De Araujo Mendes (SE) apresenta o ponto recebido do CRP
460 14, com o objetivo de formar GT para revisão da Resolução CFP n. 003/2007. Wladimir Rogerio dos Reis
461 (GFIN) aponta a importância da revisão desta resolução, uma vez que versa sobre jurisdição de
462 Conselhos Regionais cuja última atualização foi do CRP 20. Faz alerta que os assuntos tratados pela
463 Resolução estão inseridos em diversos GTS. **Encaminhamentos:** Ponto permanece na pauta conforme
464 enviado pelo regional, construir subsídio para o CFP, considerando os outros Gts que tratam da
465 Resolução. **Ponto 31. REFORMULAÇÃO DA RESOLUÇÃO CFP Nº 06/2019 (Processo SEI nº**
466 **576600004.000332/2022-49).** Fernanda de Araujo Mendes (SE) apresenta o ponto recebido do CRP 21
467 com o objetivo de reformular a resolução CFP 06/2019. Evandro Moraes Peixoto acredita que a criação de
468 um GT iria confrontar com a produção da CCAP que é um GT permanente e faz a discussão deste tema.
469 Camila Dias de Lima Alves (GTEC) informa que o ponto é remanescente e resgata os argumentos da
470 decisão contrária do CFP para formação do GT na APAF de dezembro de 2022, conforme segue: *“O*
471 *posicionamento do CFP que é contrário à criação do GT pelos seguintes argumentos: 1. No artigo 13 da*
472 *lei 4.119/1962, NÃO está vetada a expressão “privativa” das funções possíveis de serem exercidas pelo*
473 *profissional da Psicologia. (Havia sido vetado pelo Presidente da República, mas foi mantido pelo*
474 *Congresso Nacional), 2. Houve exclusão dos dispositivos sobre a COMERCIALIZAÇÃO dos testes*
475 *psicológicos, definidos inicialmente por meio da resolução CFP 09/2018, mas o USO continua sendo*
476 *privativo de psicólogos pela Lei 4119/62. Isso posto, a justificativa para criação do GT que considera que*
477 *“perdemos o único elemento legalmente atribuído como privativo da profissão”, de fato, não ocorreu. Por*
478 *isso, a alteração de vários atos oficiais do Sistema Conselhos não é necessária, considerando ainda que,*
479 *pelo princípio da hierarquia normativa, a Lei 4119/62 baliza as resoluções do CFP. Ademais, temos: 1. A*
480 *Resolução CFP 06/2019, em seu Art. 1º: “Instituir as regras para a elaboração de documentos escritos*
481 *produzidos pela (o) psicóloga(o) no exercício profissional.” Não cabe inclusão do termo “função privativa”*
482 *do psicólogo, pois a função privativa do Psicólogo se refere a utilização de métodos e técnicas*
483 *psicológicas com os objetivos previstos no Art.13 da Lei 4119/62 e não a documentos. 2. Na atualização*
484 *da Resolução CFP 09/2018, que foi aprovada na última Plenária, foi contemplado artigo “O uso*
485 *profissional dos testes psicológicos é privativo da psicóloga e do psicólogo, conforme estabelece o art. 13,*
486 *da Lei 4.119, de 27 de agosto de 1962.” para reforçar o uso privativo dos testes” . Propõe uma conversa*
487 *com o CRP para retirar o ponto e encaminhar a justificativa. Sugere estender esta conversa com os CRPs*
488 *em outros pontos. Pedro Paulo Gastalho de Bicalho propõe oficializar o CRP com a proposta de retirar o*
489 *ponto. Sugere que a GTEC construa a resposta baseada nos argumentos apontados acima. Camila Dias*
490 *de Lima Alves (GTEC) propôs ofício para o CRP 09 sobre o ponto e-psi, fundamentando que a discussão*
491 *consta no GT POF e informando os andamentos deste grupo. Propôs também ofício para o CRP 24 no*
492 *ponto de Inscrição de Psicóloga (o) residente no Exterior com a justificativa de que a discussão está*
493 *sendo tratada no GT de anuidades. Encaminhamentos:* Consultar se o CRP 21 deseja manter o ponto na
494 pauta, considerando o posicionamento do CFP na APAF de dezembro/2022. **Ponto 09. GT DA APAF -**
495 **DIVERSIDADE SEXUAL E GÊNERO (Processo SEI nº 576600003.000454/2018-69)** Pedro Paulo Gastalho
496 de Bicalho propõe que a GTEC apresente o ponto pela ausência do Conselheiro Roberto Chateaubriand
497 Domingues. Camila Dias de Lima Alves (GTEC) informa que o GT é antigo e foi reconduzido pela APAF de
498 2017 com os objetivos 1. Alinhar estratégias em defesa da Resolução CFP nº 01/2018; 2. Sistematizar
499 normativa sobre a atuação dos(as)(es) psicólogos(as)(es) em relação à bissexualidade; 3. Em atuação
500 conjunta com o GT Políticas para Mulheres, o GT deverá propor uma campanha, voltada para as
501 Comissões de Orientação e Fiscalização, articulando e reforçando as Resoluções nº 1/1999, 1/2018 e a

502 8/2020. Informou que os objetivos 01 e 03 são assuntos tratados pelo CFP, e a tarefa 2 já foi efetivada
503 pelo GT. Objetivo é pedir continuidade do GT e propor como objetivo atualização de uma Nota sobre o
504 processo transexualizador. Carla Isadora Barbosa Canto propõe a inclusão de questões relacionadas a
505 crianças trans. Camila Dias de Lima Alves (GTEC) ressalta o tempo de formação do GT e sugere a criação
506 de um GT interno para fazer esta discussão das crianças trans. Maria Carolina Fonseca Barbosa Roseiro
507 registra que o processo transexualizador deveria ser discutido junto com a avaliação psicológica num GT
508 interno para amadurecer o assunto. Sugere que a discussão da criança trans deveria seguir na discussão
509 do direito da criança. Camila Dias de Lima Alves (GTEC) solicita a decisão do plenário sobre o
510 encaminhamento do GT, encerramento ou continuidade para a construção de Nota sobre processo
511 transexualizador. Sugere o encerramento do GT e que a discussão do processo transexualizador seja
512 direcionada para um GT interno. **Encaminhamentos:** Inserir na pauta da APAF conforme apresentado.
513 CFP irá defender o encerramento do GT, considerando que o objetivo 2 já foi realizado e que os demais
514 não fazem parte do escopo de atuação de um GT. **Ponto 10. GT APAF - POLÍTICAS PARA MULHERES**
515 **(Processo SEI nº 576600003.000312/2021-05)** Pedro Paulo Gastalho de Bicalho propõe que a GTEC
516 apresente o ponto pela ausência da Conselheira Alessandra Santos de Almeida. Camila Dias de Lima
517 Alves (GTEC) informa que o GT trabalhou na resolução de 08/2020. Na APAF de dezembro de 2022 foi
518 aprovada a sua continuidade com a tarefa de construção da Nota Técnica sobre sinais e sintomas da
519 violência contra a mulher. A tarefa não foi concluída e o GT pedirá continuidade. **Encaminhamentos:**
520 Inserir na pauta da APAF conforme apresentado. **Pontos Inseridos na hora - NOVAS CONTRATAÇÕES DO**
521 **CFP.** Izabel Augusta Hazin Pires, relata sobre as demissões ocorridas no CFP e a necessidade de
522 reorganização do quadro de funcionários. Informa que os processos seletivos estão acontecendo com o
523 envolvimento da Coordenação Geral, Gerências e Conselheiras que estão diretamente ligadas aos
524 setores. Célia Mazza de Souza informa que os processos seletivos estão seguindo 3 etapas: análise de
525 currículo, realização de entrevistas e contratações. Solicita que as contratações sejam finalizadas através
526 de ad referendum da Diretoria e que as contratadas sejam apresentadas no próximo plenário.
527 **Encaminhamentos:** Incluir na convocação da próxima plenária a apresentação dos novos funcionários
528 contratados. **Pontos Inseridos na hora - VIOLÊNCIA NAS ESCOLAS** Maria Carolina Fonseca Barbosa
529 Roseiro solicita a inclusão do ponto. Relata que após o atentado na escola em Suzano, algumas
530 articulações foram iniciadas mas não se avançou em termos de articulação do sistema conselhos. Com o
531 acontecido em Aracruz, o CRP 16 formulou a proposta do debate na região Sudeste. Informa que no
532 Espírito Santo já estão sendo desenvolvidos projetos legislativos e consulta pública. Faz a proposta da
533 constituição de GT interno para a construção de orientação em resposta a estas demandas. Izabel
534 Augusta Hazin Pires informa que a GRI está articulando a participação do CFP junto a grupo
535 interministerial destinado ao enfrentamento da violência nas escolas, e que esta temática vem sendo
536 tratada no grupo de implementação da Lei 13.935. Sugere o fortalecimento da discussão nestes espaços.
537 Célia Mazza de Souza faz sugestão contrária à da Conselheira Izabel, informando que a discussão da
538 violência vai além da implementação da Lei. Rosana Mendes Éleres de Figueiredo informou que teve
539 reunião com o grupo de implementação da Lei e que a discussão do grupo vai além da questão de
540 psicólogos nas escolas. Convida Carol Roseiro para participar desse grupo e registra que será
541 encaminhado convite para Norma Cosmo vir compor o GT. Marina de Pol Poniwas registra o recebimento
542 de demandas sobre o debate de Emergências e Desastres envolvendo crianças. Registra a complexidade
543 do assunto violência. Acredita que o GT deveria pensar a questão da violência de forma ampliada. Maria
544 Carolina Fonseca Barbosa Roseiro ressalta a questão da urgência do assunto. Relata que os CRPs têm a
545 demanda de lidar com o poder público, relacionado à segurança pública e também com a questão da
546 segurança da criança. Não é contrária à contribuição nos grupos já organizados. Rodrigo Acioli Moura
547 relata sobre a divulgação da mídia e preocupa a falta de orientação para os Conselhos Regionais. Relata
548 que há décadas registra-se o afastamento de profissionais e estudantes do sistema educacional
549 motivados pela violência. Izabel Augusta Hazin Pires propõe que Carol esteja no grupo interministerial,
550 encaminhado pela GRI e se junte ao grupo da lei que já está articulado, e depois pense em estender a
551 demanda caso seja necessário. **Encaminhamentos:** Solicitar à GRI que insira a Conselheira Maria
552 Carolina Fonseca Barbosa Roseiro no grupo e faça um histórico das ações feitas até o momento. **Ponto**
553 **19. GT DA APAF - INSCRIÇÃO SUPLEMENTAR (Processo SEI nº 576600001.000145/2022-95)** Pedro Paulo
554 Gastalho de Bicalho propõe que a GTI - Gerência da Tecnologia de Informação - apresente o ponto pela
555 ausência da Conselheira Clarissa Paranhos Guedes. Leomar Santana (GTI) informa que o GT foi criado
556 após pauta do CRP 03, que este complementa a inscrição secundária, pensando nas proximidades de
557 cidades com outros estados e CRPs. O GT está organizando um estudo sobre a inscrição secundária e
558 será solicitada a continuidade do GT. **Encaminhamentos:** Inserir na pauta da APAF conforme

559 apresentado. A reunião plenária foi encerrada às dezoito horas. Esta ata foi lavrada por mim, Izabel
560 Augusta Hazin Pires, Conselheira-Secretária, e assinada por todas as presentes nomeadas.

561
562
563 *Nota: [1] No intuito de garantir uma linguagem inclusiva de gênero e considerando que mais de 80% da categoria é*
564 *composta por mulheres, a Apaf optou por referenciar a categoria no feminino. Desta forma, sempre que aparecerem*
565 *palavras no feminino como 'psicólogas', 'inscritis', entre outras, estão incluídos todos os gêneros.*



Documento assinado eletronicamente por **Izabel Augusta Hazin Pires, Conselheira(o) Suplente**, em 21/09/2023, às 14:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Carolina Saraiva, Conselheira(o) Secretária(o)**, em 21/09/2023, às 14:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Célia Mazza de Souza, Conselheira(o) Tesoureira(o)**, em 21/09/2023, às 15:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Jefferson de Souza Bernardes, Conselheira(o) Suplente**, em 21/09/2023, às 15:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Juliana de Barros Guimarães, Conselheira(o)**, em 21/09/2023, às 19:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rosana Mendes Éleres de Figueiredo, Conselheira(o)**, em 21/09/2023, às 22:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Pedro Paulo Gastalho de Bicalho, Conselheira(o) Presidente**, em 22/09/2023, às 11:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Carla Isadora Barbosa Canto, Conselheira(o)**, em 22/09/2023, às 11:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Gabriel Henrique Pereira de Figueiredo, Conselheira(o) Suplente**, em 23/09/2023, às 09:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Acioli Moura, Conselheira(o)**, em 23/09/2023, às 15:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Evandro Moraes Peixoto, Conselheira(o) Suplente**, em 23/09/2023, às 15:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Fabiane Rodrigues Fonseca, Conselheira(o) Suplente**, em 25/09/2023, às 18:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marina De Pol Poniwas, Conselheira Suplente**, em 25/09/2023, às 19:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Alessandra Santos De Almeida, Conselheira(o) Suplente**, em 29/09/2023, às 17:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Neuza Maria de Fátima Guareschi, Conselheira(o)**, em 18/10/2023, às 14:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Maria Carolina Fonseca Barbosa Roseiro, Conselheira(o) Suplente**, em 23/10/2023, às 12:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.cfp.org.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1189359** e o código CRC **46636EBD**.
